

   	
Novembro de 2006 - Nº16	
Edições Anteriores	
<p>:: Pagamento de taxas para a realização de exames gera polêmica</p> <p>:: Conselhos Nacionais de Educação e de Política Criminal vão analisar propostas de diretrizes nacionais para a Educação Penitenciária.</p> <p>:: O desafio de inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular.</p> <p>:: 'Organizações sociais' poderão gerir escolas na capital paulista. É o que propõe projeto de Lei apresentado pelo Executivo.</p>	<h2 data-bbox="613 405 1214 472">Garantir educação diferenciada aos quilombolas é desafio em Pernambuco</h2> <p data-bbox="613 499 1305 695">Quais as especificidades necessárias para se garantir o direito à educação aos moradores das comunidades quilombolas? Não seriam as mesmas da educação indígena nem tampouco estariam genericamente situadas na educação rural. Esse tem sido um desafio no estado de Pernambuco, onde existem 112 comunidades remanescentes de quilombos, que aos poucos se mobilizam pelo direito ao ensino de qualidade.</p> <p data-bbox="613 716 1305 1136">“O primeiro grande desafio é a construção de escolas – em muitas comunidades elas sequer existem e em outras oferecem apenas até a quarta série, sendo que a oferta de transporte escolar para as cidades também é restrita”, explica Delma Josefa da Silva, da organização não governamental Centro de Cultura Luiz Freire. Para pensar a questão, organizações quilombolas do Estado e alguns gestores estaduais e municipais reuniram-se no encontro “Delineando Políticas Públicas para Quilombolas”, realizado no primeiro semestre desse ano, apontando algumas diretrizes: as políticas educacionais devem levar em conta a realidade local e envolver e mobilizar a própria comunidade, de maneira que seja considerado o seu modo de aprender e ensinar. Além disso, deve estar presente a história desses afrodescendentes quilombolas – será que os professores a conhecem? Será que os livros didáticos a expressam?</p> <p data-bbox="613 1157 1305 1377">O Ministério da Educação reconhece a necessidade de ações específicas para essas comunidades e sua Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) chegou a traçar propostas, como a formação de professores, a ampliação e a melhoria da rede escolar e a produção e a aquisição de material didático específico. Entretanto, ainda falta muito para que se concretize em políticas públicas os direitos educativos dessa população.</p> <p data-bbox="613 1398 1305 1682">Uma das conquistas do movimento junto ao governo federal foi o aumento do valor per capita da merenda escolar para os alunos quilombolas, considerando o elevado índice de desnutrição em muitas comunidades. As prefeituras já podem receber um valor três vezes maior para esse aluno. No entanto, explica Delma, na prática essa política depende diretamente do reconhecimento das comunidades por parte do poder público municipal: se eles não declaram que têm alunos quilombolas, o repasse diferenciado não chega ao município. “E muitos dirigentes ainda têm muita dificuldade de reconhecer que essa população tem especificidades”, afirma.</p> <p data-bbox="613 1703 1305 1955">Givânia da Silva, da Comissão Estadual das Comunidades Quilombolas de Pernambuco, explica que buscam justamente uma educação diferenciada que leve em consideração a realidade quilombola. A comissão está nesse momento produzindo uma revista semestral que discute a importância do tema. A publicação é voltada a professores quilombolas e feita também por eles. Outra ação destacada por ela é o diálogo com a Universidade Federal Rural de Pernambuco para a implantação de um curso de especialização especialmente voltado aos professores quilombolas.</p> <p data-bbox="613 1976 1305 1999">Já garantida na Lei de Diretrizes e Bases, a promoção de uma</p>

educação que garanta a valorização étnica ganha peso com a Lei 10.639/03, que instituiu no currículo da rede regular de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.

No Estado de Pernambuco, Givânia vem de uma comunidade que tem se destacado na mobilização da comunidade pela garantia dos direitos educativos: Conceição das Crioulas. Encravada no sertão pernambucano, a comunidade de quatro mil habitantes é um distrito do município de Salgueiro e fica a 43 quilômetros da zona urbana. “Nosso esforço é no sentido de deixar a escola em sintonia com a realidade local. O calendário escolar, por exemplo, já é outro. O recesso do meio do ano não é em julho, mas sim em agosto quando também ocorrem nossas festas”.

Em Conceição das Crioulas, cerca de 90% dos professores são da própria comunidade e há oferta de ensino médio – fato raro nas demais comunidades do Estado. Em muitas, os professores vêm de outras localidades, sem familiaridade com o cotidiano e conhecimento da história dessas comunidades.

Givânia lembra, por fim, que não é possível o avanço nas políticas educacionais nas comunidades sem o fortalecimento do movimento quilombola como um todo, cuja luta maior tem sido a questão territorial. “Nossa educação não pode estar desvinculada da luta pela terra, que é tão importante para nós”, diz.



Conceição das Crioulas
www.conceicaodascrioulas.org.br

Centro de Cultura Luiz Freire
www.cclf.org.br

Rede Social de Justiça e Direitos Humanos: Educação nas Comunidades Quilombolas de Pernambuco
<http://www.social.org.br/relatorio2003/relatorio028.htm>



“Educação anti-racista” será tema de debate promovido pelo Observatório da Educação - Ação Educativa no próximo dia 28 de novembro, às 10h (Rua General Jardim 660, São Paulo - SP).

